

# DE LARGO A JARDIM: PRAÇAS PÚBLICAS NO BRASIL – ALGUMAS APROXIMAÇÕES<sup>1</sup>

Marcos Antônio Silvestre Gomes<sup>2</sup>

*As praças públicas sempre estiveram na moda. Ficavam no coração das antigas cidades gregas e romanas, das cidades medievais e, mais tarde, das aldeias coloniais, assim como das metrópoles modernas. São lugares para ver e ser visto, para comprar e fazer negócios, para passear e fazer política. As melhores praças são lugares agradáveis durante a maior parte do ano, amenizando o calor no meio do verão e evitando o frio no início da primavera e no fim do outono. Tais lugares são raros e muito apreciados.*

Anne Whiston Spirn

**RESUMO:** A forma como as cidades se desenvolvem e se organizam gera inquietações que se desdobram com dimensões diferentes em cada um dos ramos da ciência. No âmbito da Geografia, e mais ainda, no campo do urbano, o presente trabalho privilegia o estudo dos espaços livres, em especial, das praças públicas. Parte-se de uma abordagem histórico-geográfica do que a praça representa no espaço urbano brasileiro, desde o período colonial até a contemporaneidade, marcada pela expressividade do privado sobre o público, do individual sobre o coletivo e, do concreto sobre o “verde”. Nessa perspectiva, as praças são vistas como espaços livres potenciais para compor o sistema de áreas verdes urbanas e, conseqüentemente, como área de lazer importante, principalmente para os grupos de menor poder aquisitivo da sociedade urbana brasileira.

Palavras-Chave: praça, largo, jardim, Brasil

## **ABSTRACT: From plaza to garden: public squares in Brazil – some approaches**

The development and organization of cities differently concerns each distinct branch of the science. In geographic sciences, specifically urban studies, the present work highlights the study of open spaces, specially the public gardens. Starting from a historic-geographic approach about what does the public garden represent to the Brazilian urban space, from the colonial ages until contemporary days, marked by the expressivity of the private over the public, the individual over the sharing, and, the concrete over the “green”. In this perspective, the squares are seen as potential open spaces to compose the urban green area system, and consequently, as an entertainment area, mainly important to the low purchasing groups of the Brazilian urban people.

**Keywords:** garden, public square, Brazil

---

<sup>1</sup> Artigo resultante de parte da Dissertação de Mestrado: As praças de Ribeirão Preto-SP: uma contribuição geográfica ao planejamento e à gestão dos espaços públicos, defendida no Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, em 2005, sob orientação da Profa. Dra. Beatriz Ribeiro Soares.

<sup>2</sup> Docente da Universidade Federal de Alagoas e doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas. Endereço: Universidade Federal de Alagoas – Campus Arapiraca – Caixa Postal 61 – CEP 57300-970 – Arapiraca/AL E-mail: [gomesmas@yahoo.com.br](mailto:gomesmas@yahoo.com.br) - [gomesmas@ig.unicamp.br](mailto:gomesmas@ig.unicamp.br)

## INTRODUÇÃO

As praças sempre estiveram presentes na história das cidades. Guardam em seus seios histórias e acontecimentos da vida pública e privada, mundana e profana; fatos que caracterizam esses logradouros como espaços livres e públicos de fundamental importância para a sociabilidade das pessoas que habitaram os centros urbanos mais antigos e as que habitam as cidades atuais, embora em proporções diferenciadas.

Atribuir à praça a denominação de um espaço público é reconhecê-la como uma categoria entre os diversos espaços livres urbanos como parques, áreas verdes e áreas de lazer e, ao mesmo tempo, reafirmá-la como espaço ancestral onde, mesclam-se usos e grupos sociais diferenciados. No entanto, a praça, na atualidade, assume muito mais função de área verde e estética no espaço urbano brasileiro do que como local de convívio da população. Notadamente, esse fato pode ser observado com maior clareza, nos grandes centros urbanos, especialmente, nos bairros habitados pelos grupos de mais alta renda, ao contrário dos bairros populares.

O estudo das praças públicas, como se pretende através deste artigo, justifica-se pela presença marcante destas na composição dos espaços urbanos, levando-se em consideração a sua diversidade, seu uso por parcelas significativas da população mais carente e o descaso do poder público, em muitos casos, para com as mesmas, tornando-as locais marginalizados, devido à presença de usuários de drogas, mendigos, assaltantes e até mesmo pela falta de segurança, principalmente nos horários noturnos.

Compreender as origens e as transformações dos espaços públicos urbanos no Brasil, através dos largos, praças e parques, bem como refleti-los na aurora deste novo século, é o intuito maior deste trabalho. Dessa forma, espera-se apontar aspectos importantes para uma discussão relevante no que concerne às possibilidades de se criar e gerir tais espaços, especialmente, as praças.

## ORIGEM E FORMAÇÃO DAS PRAÇAS NO BRASIL

A praça como espaço público constitui, desde os seus primórdios, um referencial urbano marcado pela convivência humana. É, portanto, um importante equipamento histórico e cultural urbano que expressa o surgimento e o desenvolvimento de inúmeras cidades, especialmente, no Brasil. Para Segawa (1996, p. 31), “a praça é um espaço ancestral que se confunde com a própria origem do conceito ocidental de urbano”.

O termo praça implica inúmeras definições, tanto por parte do poder público, quanto de pesquisadores e técnicos, tendo em vista a amplitude e variedade de idéias dos diversos estudiosos. No entanto, o fato de constituir um espaço público é um ponto de convergência entre os que tentam conceituá-la<sup>3</sup>.

<sup>3</sup>

De acordo com o *Diccionario de la lengua española*, plaza constitui um “lugar espaçoso dentro do povoado”. Em outro dicionário espanhol, de Sebastián Covarrubias de 1611 – *Tesoro de la lengua castellana* – aparece a mesma definição, porém acrescida do termo “lugar público”. Ainda, uma outra definição é comum em ambos os dicionários quando identificam a praça como local onde “se vendem os mantimentos e se tem o comércio dos moradores locais com os vizinhos da região, e onde se celebram as feiras, os mercados e festas públicas” (SEGAWA, 1996, p. 32-33).

Robba e Macedo (2002, p. 17), ao realizar o estudo das praças brasileiras, consideraram duas premissas básicas ao elaborar um conceito para esses espaços: uso e acessibilidade. Corrobora-se com esses autores quando conceituam praças como “espaços livres urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos”.

É importante observar que esse conceito foi elaborado tendo em vista as características das praças nas cidades contemporâneas, embora não desconsidere o caráter de sociabilidade que sempre esteve intrínseco às funções da praça. Assim, descarta-se a possibilidade de enquadrar como praças, canteiros centrais de avenidas, rotatórias, pequenos espaços gramados ou qualquer outro espaço público que não ofereça condições de lazer ou acessibilidade à população, fato corriqueiro entre muitos órgãos públicos municipais quando procuram, de maneira aleatória, ampliar o número dos seus espaços públicos e de lazer perante a comunidade, considerando elementos meramente quantitativos.

A praça, de acordo com Casé (2000, p. 56), é síntese da cultura urbana de uma comunidade e se constitui num legado pleno de ensinamentos. Logo, exerce a insubstituível função de aglutinadora do encontro e da convivência. Ainda, para este autor, “a importância de uma cidade, avaliada pela sua dimensão social e humana, é proporcional aos atributos urbanos de suas praças e aos predicados arquitetônicos das edificações que a delimitam”.

Como referenciais urbanos de algumas cidades e sociedades que remontam a períodos históricos, algumas praças guardam no seu bojo a magnitude de um tempo e de um povo. Observadas como monumentos consagrados, o arquiteto Paulo Casé faz referências à Praça San Marco, em Veneza, à Praça Mayor, em Madri e à Praça Vermelha, em Moscou. Da mesma forma, no Brasil, são referências as praças da Sé, em São Paulo e, a dos Três Poderes, em Brasília.

As praças brasileiras surgiram no entorno das igrejas, constituindo os primeiros espaços livres públicos urbanos. Assim, atraíam as residências mais luxuosas, os prédios públicos mais importantes e o principal comércio, além de servir como local de convivência da comunidade e como elo de ligação entre esta e a paróquia.

Conforme salienta Marx (1980, p. 50),

Logradouro público por excelência, a praça deve sua existência, sobretudo, aos adros das nossas igrejas. Se tradicionalmente essa dívida é válida, mais recentemente a praça tem sido confundida com jardim. A praça como tal, para reunião de gente e para um sem-número de atividades diferentes, surgiu entre nós, de maneira marcante e típica, diante de capelas ou igrejas, de conventos ou irmandades religiosas. Destacava, aqui e ali, na paisagem urbana estes estabelecimentos de prestígio social. Realçava-lhes os edifícios; acolhia os seus frequentadores.

Diferentemente do que ocorreu na América espanhola, o crescimento das cidades brasileiras ocorreu de forma desordenada, desfavorecendo a implantação de espaços públicos coletivos, como as praças. As cidades colonizadas pela Espanha, que se concentravam em áreas de intensa mineração, cresceram de forma dispersa pelo continente. Atraídas pela exploração das jazidas minerais,

essas cidades – rigidamente hierarquizadas – constituíam centro de administração da coroa.

O plano regular das cidades da América espanhola determinou o traçado das ruas e praças em linhas retas. Assim, conforme assinala Scarlato (2001, p. 412),

na praça central se estabeleciam os edifícios públicos, a igreja e o quartel. A fixação das residências nas quadras que se seguiam a essa praça era determinada pela posição social das pessoas. Os fidalgos, homens ilustres que recebiam da Coroa Espanhola o direito de exploração das minas, tinham lugares privilegiados no interior do plano físico da cidade, onde as ruas cruzavam em ângulos retos, formavam grandes tabuleiros de xadrez.

Ao contrário do que ocorreu com as cidades colonizadas pela Coroa Espanhola, muitas cidades brasileiras surgiram e se desenvolveram desordenadamente. Esse crescimento espontâneo e desalinhado constituía o plano dessas cidades que estavam localizadas tanto no litoral, no interior, ou ligadas à mineração. Dessa forma, de acordo com SCARLATO (2001, p. 418),

praças e ruas surgiam de forma muito desordenada. O alinhamento das ruas e casas resultava da iniciativa particular dos seus moradores. Esse fato revela mais uma vez a menor presença do Estado português em comparação com o espanhol. Após sua fundação pela coroa ou pelos donatários, as cidades cresciam espontaneamente, seguindo a orientação das condições físicas do seu sítio. Ruas e praças adaptaram-se às irregularidades do relevo.

É importante salientar que, embora as cidades no Brasil tivessem origem a partir da construção da igreja e, conseqüentemente, do adro, a sua expansão não obedecia a um traçado regular, tanto devido à disposição do sítio urbano quanto à falta de critérios da administração. Assim, a criação de espaços públicos, como as praças, ficava prejudicada, uma vez que as ruas constituíam verdadeiros corredores desalinhados.

Observa-se, portanto, que as praças, ao longo da história urbana brasileira, desempenharam papéis diferenciados na sociedade. Ora civicamente, ora militarmente, esses logradouros se destacavam nas cidades pelas funções que exerciam. Durante muito tempo, funções como essas deram o significado desses espaços públicos, tidos como o símbolo do poderio estatal e religioso. Conforme destaca Marx (1980, p. 54), “uma igreja, uma praça; regra geral nas nossas povoações antigas”.

Apesar de raras, mas marcantes, as praças cívicas brasileiras surgiram em pequeno número e representam símbolos da história política do país. Sempre diante de edifícios públicos, “são logradouros que transcendem o uso e o significado local, interessando a todos nós” (MARX, 1980, p. 50). Exemplos importantes no contexto das cidades brasileiras são a Praça Municipal de Salvador-BA, a Praça XV de Novembro no Rio de Janeiro-RJ e a Praça dos Três Poderes em Brasília-DF; exatamente as três cidades que se tornaram sede, em momentos distintos, do governo federal.

A função militar praticamente desapareceu das praças brasileiras. Atualmente, salvo algumas exceções, essa função foi transferida para grandes eixos de circulação, como as destacadas avenidas, principalmente das grandes

aglomerações urbanas. Assim, “no âmbito estreito das cidades, os logradouros públicos mais amplos eram essenciais para exercícios, manobras, desfiles ou ações de defesa” (MARX, 1980, p. 54).

As praças medievais foram classificadas por Paul Zucker (1959) em praças de mercado (destinadas às atividades comerciais), praças no portal da cidade (constituíam áreas de passagem e distribuição de tráfego), praças como centro da cidade (implantadas em comunidades novas), adros de igrejas (destinadas às atividades religiosas) e praças agrupadas (composta por espaços de conexão entre praças de mercado e adros de igrejas) (ROBBA e MACEDO, 2002, p. 21-22).

Nas praças coloniais brasileiras, ao contrário das praças medievais européias, realizavam-se todas as atividades no mesmo espaço, inclusive civis e militares. Nesse contexto, as praças eram denominadas de largo, terreiro e rossio e permitiam a interação dos vários estratos da sociedade, servindo como palco de manifestações de costumes e hábitos da sociedade colonial (ROBBA e MACEDO, 2002, p. 22).

No fim da Idade Média e do Renascimento, a praça pública constituía um ambiente de liberdade, franqueza e familiaridade. “Era o ponto de convergência de tudo que não era oficial, de certa forma gozava de um direito de ‘extraterritorialidade’ no mundo da ordem e da ideologia oficiais, e o povo aí tinha sempre a última palavra” (SEGAWA, 1996, p. 33-34).

Quanto aos hábitos, costumes e freqüentadores da praça medieval, Rabelais (1532, 1534) apud Segawa (1996, p. 33-34), enfatiza que

a vida na praça pública era permeada pelo universo do riso, do escárnio, da festa, numa dinâmica distinta da cultura religiosa aristocrática: os gêneros artísticos e burgueses da praça pública estão freqüentemente tão estreitamente misturados, que é por vezes difícil traçar um limite preciso entre eles.

Nesse período, as praças públicas eram palcos de procissões solenes onde estavam presentes trabalhadores de todas as classes, artesãos e negociantes. Toda a multidão achava-se reunida e expressava, ostentando suas melhores roupas, o significado da cidade enquanto espaço da coletividade, fruto do trabalho humano em toda a sua diversidade (FERRARA, 1993, p.206).

Na França, a exaltação da realeza constituía uma característica fundamental das praças do século XVII. De acordo com Segawa (1996, p. 37), as *places royales* tinham seus espaços apropriados pelas elites de Paris e estavam ligadas à figura real, expressando glorificação a Luiz XIII, Luiz XIV e Luiz XV, sucessivamente, em diversas cidades da França, como Bordeaux e Rennes.

Como exemplo, a praça parisiense de *La Concorde* foi construída em meados do século XVIII por intermédio de Luiz XV. Projetada pelo arquiteto Gabriel, entre 1755 e 1775, esta praça histórica, que tem a forma octogonal, foi palco de grandes acontecimentos como a execução de Luiz XVI. Com o obelisco ao centro, presente do vice-rei do Egito a Charles X, suas estátuas e sua majestosa amplitude esta praça é uma das mais belas de Paris. As colunas foram restauradas em 1995. Há magníficas perspectivas da triunfal via em direção ao Arco do Triunfo e à Défense em direção ao Grande Louvre<sup>4</sup>.

Sobre a Itália e a Espanha, Segawa (1996, p. 32-33) argumenta que

---

<sup>4</sup> Informações retiradas do site: <http://www.parislumiere.com.br> (Acesso em 2002).

as *piazzas italianas* abrigavam rituais de variada natureza, religiosos ou seculares; casamentos e funerais, execuções, comemorações, torneios, corridas, encenações teatrais. Na *Espanha*, a Plaza mayor medieval situava-se deslocada do centro urbano, muitas vezes extramuros. (grifo nosso)

Na Europa do século XIX, a imagem urbana é transferida da praça pública para as ruas, avenidas e bulevares. É o impacto da metropolização, de acordo com Ferrara (1993, p. 213), em cidades como Berlim e Paris. Isto significou a exposição recatada dos habitantes urbanos que ora se exibiam, ora se ocultavam.

A multidão transforma a praça pública através da pujança de uma das maiores manifestações culturais medievais européias: o carnaval. Conforme Ferrara (1993, p. 210-211), durante alguns dias o carnaval adentrava à praça e proporcionava ao habitante urbano a quebra da rotina diária do trabalho. Com o carnaval,

rompe-se a distinção entre ricos e pobres, popular e erudito, particular e público, para criar um momento em que tudo ocorre ao ar livre, na praça ou na rua [...] cria-se uma imagem urbana franca e livre de restrições de qualquer norma ou etiqueta, sua característica sensorial é a sonoridade que produz uma linguagem na qual a comunicação se faz aos brados e aos palavrões. Nesse momento, a praça é o espaço livre e público que rompe a barreira da vida privada, das normas familiares, dos tabus morais e, sobretudo, da hierarquia social: uma festa, não somente popular, mas um espaço de todos e para todos.

No Brasil, da aurora do século XXI, especialmente nos pequenos núcleos urbanos, a imagem urbana permanece associada à presença do espaço público “praça”. Assim, ainda é bastante comum associar o centro de uma cidade à presença da principal praça, bem como da igreja católica. Isso remete a considerar esses dois elementos como referenciais urbanos da área central de uma cidade. Esse fato pode ser constatado em pequenos, médios e grandes centros urbanos. Logo, a Praça da Sé, em São Paulo-SP, a Praça da República, em Belém-PA, a Praça XV de Novembro, em Ribeirão Preto-SP e a Praça Nove de Julho, em Presidente Prudente-SP constituem referenciais urbanos dessas cidades de portes diferentes.

A Praça da Sé, na cidade de São Paulo, importante logradouro público de reconhecimento nacional, manteve, ao longo do século XX, suas tradições, religiosa e comercial, bem como permaneceu como palco de manifestações populares. Robba e Macedo (2002, p. 131), observam que

O uso religioso ainda é grande, embora não tão intenso quanto no começo do século (XX); o comércio informal está centrado nas atividades de vendedores ambulantes e camelôs; e, atualmente, a praça é ainda ponto de encontro da população migrante, principalmente da comunidade nordestina, e palco de apresentações culturais populares diversas.

A Praça da República, encravada na área central de Belém-PA é tomada de vegetação de grande porte, típica da mata tropical. Esse logradouro, de forma

triangular, constitui um dos mais belos projetos de ajardinamento das cidades no Brasil do início do século XX.

Ao enfatizar o papel de centralidade urbana que as praças da matriz<sup>5</sup> exercem, principalmente nas pequenas cidades interioranas, Marx (1980, p. 56) observa que

as praças da Matriz ou da Sé, que realçam o principal templo da localidade e que, em geral no interior de mais recente ocupação, constituem o mais importante pólo urbano, o centro da vida mundana... Atraem, de fato, as mais ricas residências, o melhor comércio, as atividades de lazer nas aglomerações menores ou mais conservadoras.

Nos últimos tempos, as praças públicas perderam, principalmente nos grandes centros urbanos, a atratividade exercida para a população, tendo em vista a disseminação de novos padrões de consumo e lazer representados, sobretudo, pelos *shopping centers*, pela televisão e, mais recentemente pela internet. Nesse contexto, a substituição da praça como meio de informação da sociedade, pela televisão, conforme prognosticava o arquiteto francês Paul Virilio<sup>6</sup>, é contrariada pelo arquiteto brasileiro Paulo Casé (2000, p. 63) quando afirma que a praça não se reduz a um local para troca de informações. Sua existência se deve, principalmente, ao poder de invocar o espírito gregário arraigado no inconsciente do homem urbano.

Ferrara (1993, p. 225) observa que a partir da segunda metade do século XX,

a praça, a avenida, a multidão, enquanto expressões públicas da cidade, foram substituídas pelas versões urbanas íntimas, demarca-se claramente o espaço individual separando-o do coletivo, e reivindica-se a demonstração sîgnica dessa visão em nome da propriedade, da segurança, da tranqüilidade íntima e da livre expressão.

Nessa nova imagem urbana colidem o público e o privado, prevalecendo o segundo sobre o primeiro, na medida em que, agora, os espaços coletivos urbanos – praças, avenidas, ruas, galerias, lojas, pavilhões – cedem lugar à habitação como espaço urbano da intimidade, espaço vedado, seguramente protegido por portões, grades, muros, múltiplos signos de vedação, o mundo da solidão, a casa como lugar onde nos escondemos.

Diante das possibilidades de lazer oferecidas pelas novas tecnologias, e pela midiaticização em geral, à sociedade contemporânea, espaços públicos como as praças se tornam pouco freqüentados, uma vez que as grandes cidades capitalistas não garantem a segurança da população e se estruturam pela divergência entre o público e o privado. Deste modo, para que a praça atraia o homem moderno, seduzido pelo mundo da informação tecnológica e por novas opções de lazer, “ela precisa incorporar a musicalidade de antigos coretos e resgatar a alegria das festas ancestrais, reinterpretando-as com equipamentos de lazer ativo que reproduzam a mesma animação, intensidade e vibração percebidas na televisão” (CASÉ, 2000, p. 63).

---

<sup>5</sup> Refere-se aqui aos templos católicos presentes no centro das pequenas cidades, denominados de “igreja matriz”.

<sup>6</sup> Citado por Casé (2000).

De fato, a praça perdeu, ao longo dos anos, seu poder de ser informativa, mas manteve seu poder aglutinador conforme destaca Casé (2000). Contudo, não se deve perder de vista, que a praça continua sendo, por excelência, um importante espaço livre e público, comum a toda a sociedade, podendo servir como local de lazer e área verde pública. Nessa perspectiva, a praça aparece como espaço potencial de lazer para a população de baixa renda.

Foi o que constatou Ferreira (1999, p. 108), ao analisar o sentido da praça e da rua no Morro da Conceição, na cidade de Recife/PE. O autor ressalta a importância da praça como local de sociabilidade da comunidade que a frequenta. Ainda, argumenta que a festa popular, comum àquela localidade, traz a este espaço público, o rigor dos rituais sagrados e o lúdico da diversão.

O depoimento de um morador da comunidade do Morro da Conceição, na capital pernambucana, no texto de Ferreira (1999, p. 114), reflete a importância que a praça ainda representa no imaginário social das pessoas:

A praça é essa área que fica atrás da igreja...a gente precisou lutar muito por essa área. A comunidade tem uma proposta de urbanização não implementada por causa de um litígio com a igreja. Legalmente a área é logradouro público e o que falta é a prefeitura tomar uma posição no sentido de urbanizar, de construir uma quadra com alambrado, como é a vontade das pessoas. A comunidade discutiu que quer uma área tanto pra prática de esportes, como para outros fins de lazer. A gente luta por essa área porque somos uma comunidade em que a maioria das pessoas são de baixa renda e que necessitam de lazer pras crianças, os adolescentes e até mesmo os adultos que utilizam a praça e que não têm um padrão de vida que lhe dê condições de ter lazer fora. Então a praça é fundamental nesse sentido de evitar a tão já grande violência, evitando que ela se propague aqui no bairro. É lá onde os jovens, as crianças, podem descarregar um pouco essa tensão urbana dessa vida, esse stress através do esporte e da brincadeira.

O significado da praça para as comunidades de baixa renda, traduz-se, muitas vezes, em algo intrínseco à própria condição de existência das pessoas enquanto cidadãos, pois necessitam de refúgio do lar, de contato com a vizinhança, de lazer e de ar livre. E a praça é, senão isso, local da convivência e do lazer, enfim, do cotidiano urbano.

Na concepção de Ferreira (1999, p. 112),

os *usos* dado à rua e à praça do Morro da Conceição não guardam simples dimensões frias e funcionalizadas de passagem, circulação e não comunicação, a que esta foi submetida na cidade capitalista (...) Em outras palavras, a praça e a rua mantêm-se como uma certa continuidade da casa, não obstante às injunções cotidianas da normatização, das coações e separações impostas pela sociedade moderna.

Ferrara (1993, p. 225) observa que os espaços da coletividade cederam lugar aos espaços da vida privada, que culminaram no gradativo esvaziamento de praças e largos, em função das novas circunstâncias impostas pela sociedade. Dessa forma, para a autora,



a imagem urbana apoiada nos ícones da vida privada acaba por desintegrar aquela outra imagem que valorizava os espaços coletivos, a rua, a praça, o largo, a avenida, o uso da cidade se transforma em rotina organizada pela pressa que automatiza e unifica todos os lugares, perde-se os pontos de referência, as marcas urbanas, os pontos de encontro.

Nos grandes centros, são encontradas, com facilidade, praças deterioradas e pouco freqüentadas devido à diversidade de problemas que envolvem tais espaços. Isso constitui para os planejadores, uma importante questão no que se refere à qualidade da paisagem urbana e à valorização dos espaços públicos.

Além de algumas funções desempenhadas pelas praças e dos aspectos gerais da sua inserção nas cidades, tratados acima, outra característica é de fundamental relevância para compreender a evolução dos espaços públicos nas cidades brasileiras, relacionada às grandes mudanças nos padrões arquitetônicos e paisagísticos vigentes na Europa. No contexto, o incremento da vegetação no espaço urbano e o ajardinamento dos espaços públicos são tratados, a seguir, tendo em vista a grande transformação ocorrida nas praças com a presença desse novo atributo.

## O AJARDINAMENTO DAS PRAÇAS E O INCREMENTO DE ÁREAS VERDES NO ESPAÇO URBANO BRASILEIRO

Antes mesmo de expor alguns pontos importantes no que concerne à incorporação da vegetação ao espaço urbano brasileiro e também europeu e americano, de alguma forma, convém citar Spirn (1995, p. 45) que, de forma objetiva, resgata, resumidamente, algumas informações quanto à necessidade de busca milenar que o homem urbano sempre sentiu em relação à natureza:

Por mais insensíveis que possam ter sido aos processos da natureza, os habitantes da cidade têm cultivado elementos naturais isolados, procurando incorporá-los ao seu ambiente físico. Essa busca da natureza tem sido evidenciada, através de milênios, em jardins, parques e alamedas, subúrbios e propostas utópicas de cidades-jardins. No século VII a.C., Senaqueribe construiu um parque para os cidadãos de Nínive; no século XIX, as cidades reservaram grandes porções de bosques e prados para a educação, saúde e recreação de seus habitantes. Filósofos da antiga Atenas reuniam seus discípulos em jardins arborizados; os habitantes das cidades do século XVII passeavam por alamedas margeadas de árvores. Moradores das cidades medievais européias cuidavam de numerosos jardins dentro dos muros das cidades, da mesma forma que os jardineiros urbanos cultivam atualmente pequenos canteiros em coberturas, terraços e terrenos baldios.

Dessa forma, nota-se, que a natureza<sup>7</sup> sempre esteve atrelada ao homem, mesmo no espaço urbano em seus primórdios; o que nos leva a concluir que, em

---

<sup>7</sup> Discussões filosóficas sobre a idéia de natureza, consultar: LENOBLE, R. **História da idéia de natureza**. Lisboa: Edições 70; THOMAS, K. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800), tradução de João Roberto Martins Filho. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

certos períodos a aproximação ou o distanciamento entre ambos, se deu em função de contextos históricos diferenciados.

No Brasil, o crescimento das cidades e as conseqüências oriundas da falta de planejamento urbano, contribuíram para despertar a atenção de planejadores e da população no sentido de se perceber a vegetação como componente necessário ao espaço urbano. Dessa forma, mais expressivamente, a arborização passou a ser vista, nas cidades, como importante elemento natural, mesmo artificializado, atuando como reestruturador do espaço urbano, devido aos diversos benefícios que apresenta.

Durante muito tempo e, praticamente, até o século XIX, a vegetação nas cidades brasileiras não era considerada relevante, visto que, a cidade aparecia como uma expressão oposta ao rural. Havia, portanto, uma valorização do espaço urbano construído, afastado completamente da imagem rural que compreendia os elementos da natureza. Nesse período, os espaços urbanos não eram densamente ocupados, nem apresentavam de maneira gritante os problemas sociais e ambientais que atualmente se fazem presente no seu interior. Nesse contexto, as áreas com predominância de vegetação, como as praças ajardinadas, surgem ainda no século XVIII e alcançam números mais expressivos no decorrer do século XIX.

Da mesma forma que na Europa do século XVIII, os jardins, no Brasil colonial, estavam circunscritos a espaços “fechados” e privados. Enquanto nas cidades européias apareciam associados a palácios, mosteiros e conventos; no Brasil, os primeiros jardins encontravam-se em propriedades religiosas ou quintais residenciais. Nesse período, existiam também hortos e jardins botânicos, mas com finalidade de pesquisa da flora nativa brasileira, embora esses jardins tivessem também espécies exóticas oriundas de diversos países do mundo.

A partir do final do século XVIII e início do século XIX surgem os primeiros espaços ajardinados de uso coletivo nas cidades brasileiras. Posteriormente, por volta da década de 1910, período em que o país apresentava elevado crescimento econômico, com as exportações da borracha e do café, proliferaram-se, muito mais intensamente, os jardins residenciais, fruto também de novas concepções arquitetônicas. Nesse momento, houve mudanças significativas na estruturação do espaço urbano brasileiro: a população cria o hábito da jardinagem, os jardins botânicos são abertos para visitação pública, as ruas passam a ser arborizadas e as praças começam a ser ajardinadas. Como enfatiza Robba e Macedo (2002, p. 26), “o sucesso do processo de ajardinamento da cidade é enorme, e algumas das praças coloniais mais antigas e tradicionais recebem vegetação e tratamento de jardim, perdendo algumas das suas peculiaridades como largo, pátio e terreiro”.

De acordo com Marx (1980, p. 67), no século XIX e no início do século XX, com o país independente e enriquecido com a cultura cafeeira, apareceram jardins, parques e praças ajardinadas em maior número e muito bem conservados, especialmente no Estado de São Paulo. Essa nova concepção de paisagem urbana representou o trato ou o desejo de algo até então desconhecido nas cidades brasileiras: a prática do paisagismo e, conseqüentemente, a introdução da arborização nos espaços públicos.

Bem depois da criação dos primeiros jardins públicos, e coincidindo com a sua difusão pelas povoações de porte menor e interioranas, começaram os cuidados em arborizar e em ajardinar os logradouros existentes ou os que iam surgindo. As ruas mais importantes e, especialmente, as praças foram enfeitadas com árvores e canteiros de plantas ornamentais. E o sucesso dessa transformação foi tal, que

logo se perdeu a noção das peculiaridades diferentes de uma praça e de um jardim.

No Brasil, por volta de 1850, algumas cidades já se destacavam pela quantidade expressiva do *verde* no seu interior, como é o caso de Teresina-PI, que apresentava densa arborização, e Aracaju-SE - primeira cidade planejada do país -, coberta por uma vegetação com predominância de coqueiros (MEDEIROS, 1975). Todavia, essa vegetação ainda era nativa e não havia sido planejada. Projetos urbanísticos preocupados com a incorporação da vegetação no espaço urbano surgem adiante, como foram os casos de Belo Horizonte-MG e Goiânia-GO.

Embora os primeiros jardins públicos voltados para o lazer e integrados como elementos da paisagem urbana brasileira surjam ainda em fins do século XVIII, coincidindo com a chegada da família real ao Brasil, vicejaram, em números muito mais expressivos, os jardins privados, especialmente nos grandes centros urbanos do país, como o Rio de Janeiro. Nesse contexto, aliou-se espécies nativas e exóticas na jardinagem de ruas e casas, servindo tanto para enriquecer a paisagem urbana quanto para o conhecimento e valorização da flora brasileira. Nesse mesmo período, eclodiu nas cidades americanas, um grande número de espécies vegetais importadas da Europa, que passaram a embelezar principalmente os jardins botânicos que surgiam nessas cidades. Spirn (1995, p. 42) ressalta que, em Boston, as primeiras espécies exóticas, foram plantadas em 1728, em uma alameda, com a finalidade de sombreamento.

Da mesma forma que nas antigas cidades européias, os primeiros jardins públicos brasileiros instalaram-se nas bordas das cidades e em terras em condições topográficas que desfavoreciam o arruamento ou as construções. Da mesma forma, surgem as áreas verdes urbanas no Brasil, ainda pouco planejadas. Exemplos desses tipos de jardins apareceram em cidades como Rio de Janeiro, Belém, Olinda, Ouro Preto e São Paulo (MARX, 1980).

Apesar de concomitante à criação de jardins públicos no continente americano, a Europa viu eclodir passeios públicos e jardins botânicos em inúmeras cidades como Londres, Viena, Madri (1745), Lisboa (1764), Milão (1782) e Paris. Na América, entre os muitos casos, pode-se citar as cidades do México, Filadélfia, Santiago, Havana, Caracas, Belém, Rio de Janeiro e Salvador. Embora criados em momentos distintos, esses jardins botânicos refletiam o interesse e a busca do reconhecimento da exuberante natureza americana (SEGAWA, 1996, p. 215).

O Passeio Público do Rio de Janeiro foi, sem dúvida, o primeiro jardim público do Brasil, criado no final do século XVIII. Assim como ocorreu posteriormente em outras cidades como Curitiba, Belém, Porto Alegre e São Paulo, o passeio público carioca surgiu da iniciativa de ocupar áreas desprivilegiadas morfologicamente no espaço urbano, como os terrenos alagadiços, áreas de várzeas e baixadas. Essas áreas eram aterradas e urbanizadas, a fim de se transformarem em jardins de recreação.

Na tentativa de sistematizar alguns exemplos, Segawa (1996, p. 217), assinala que

O Conde dos Arcos, na **Belém** do início dos oitocentos, adquiriu terrenos devolutos em baixadas (no alagadiço da Jussara) que, drenados, tornaram-se área de recreação e de um pequeno horto botânico. **Curitiba**, mais para o final desse século, teve as margens inundadas do rio Belém tratadas para fazer desaparecer 'um enorme pântano que era o justo terror da população, que via nele o foco e

origem de inúmeras enfermidades malignas', para aí criar o seu passeio público. O Campo de Santana no **Rio de Janeiro** foi drenado para permitir a confluência de atividades religiosas, civis, militares e o cotidiano banal. O Campo da Redenção em **Porto Alegre** era uma grande várzea, utilizada como potreiro e campo de manobras militares em épocas secas, e, em meados do século 19, local proposto para a criação de um jardim botânico e passeio público. (grifo nosso)

Em São Paulo, a criação do jardim botânico e do Parque D. Pedro II constituem outros exemplos de estratégia de ocupação de baixadas. E ainda, “décadas depois, já nos anos 1950, o parque do Ibirapuera nascia também sobre terrenos de pouca qualidade” (SEGAWA, 1996, p. 218).

Constata-se, portanto, que a inserção da arborização, de forma *planejada*, ou intencional, nas cidades brasileiras é concomitante à evolução das funções das praças. Estas, que eram constituídas de imensos espaços, totalmente abertos, sem a presença de vegetação, servindo exclusivamente como locais de reunião de pessoas, passam agora a ser incrementadas na cidade como um jardim. Mais agradáveis, estética e funcionalmente, as praças-jardim constituem um marco fundamental da incrementação e valorização da jardinagem na cidade, principalmente em locais públicos.

O modelo de praça ajardinada se difundiu rapidamente como padrão de qualidade dos espaços livres públicos. O novo modelo de cidade pregava um tratamento paisagístico em que a cidade aparecesse bela, higiênica e sedutora. Para tanto, algumas reformas urbanas foram implementadas, favorecendo às elites.

O novo processo de produção de projetos para praças, de acordo com Robba e Macedo (2002, p. 30),

estava diretamente ligado a questões econômicas e políticas: apenas as praças mais importantes ou de localização mais ‘nobre’ receberam projetos ou foram reformadas, ao passo que nos bairros mais pobres ou distantes ainda eram tratadas como largos e terreiros, sem projeto ou qualquer cuidado urbanístico.

Com a nova tipologia urbana de praça ajardinada, alteram-se profundamente as funções da praça na cidade: o mercado é transferido para edifícios comerciais e as atividades militares para as avenidas. “A praça-jardim deixa de ser – como eram, no período colonial, o largo, o terreiro e o adro da igreja – o palco da vida mundana e religiosa, civil e militar da cidade”. Nesse momento, como belo cenário ajardinado, volta-se ao lazer contemplativo, à convivência da população e ao passeio (ROBBA e MACEDO, 2002, p. 29).

A transferência da população pobre do centro das cidades para a periferia foi um outro marco desse processo de remodelação das cidades, tanto no Brasil quanto na Europa. Em Paris, imóveis foram demolidos e a população mais carente desalojada para dar lugar às avenidas arborizadas e *boulevards*. No Rio de Janeiro, quando da abertura da Avenida Central, ocorreu o mesmo processo parisiense (ROBBA e MACEDO, 2002). Era a noção de salubridade urbana, introduzida pela cultura científica oitocentista, que atribuiu à vegetação, uma função além do sentido pitoresco ou romântico que a arte impusera sobre a paisagem natural (SEGAWA, 1996).

Como afirma Robba e Macedo (2002, p. 29), “a praça ajardinada foi palco para o desfile das elites exportadoras brasileiras na virada do século XIX para o século XX”. Assim, as atividades festivas se restringiram cada vez mais e passaram a ser enclausuradas na vida particular, pois o jardim público passou a constituir, a partir do século XVII na Europa, e mais adiante no Brasil, a grande passarela dessas transformações (SEGAWA, 1996, p. 48).

Para Segawa (1996, p. 49), “da concentração complexa e caótica da praça, buscou-se a concentração organizada e elegante do jardim[...]. Talvez o jardim como antídoto moderno à praça medieval. O jardim como antítese da praça”.

Nota-se, no caso da Europa e também do Brasil, que, de lugar das festividades, da espontaneidade, do riso e da liberdade, a praça – agora jardim – passa a ser o lugar do silêncio, da ordem e da observação.

Em síntese, assim é possível resumir o comportamento social e o cotidiano nos jardins públicos:

Reunir-se: fazer-se público de sua presença, exibir pompa, ver homens e mulheres bem-vestidos e bonitos, contar e ouvir as novidades, assistir a apresentações musicais, mostrar filhas na busca de maridos, homens finos admirando e fazendo a corte às cortesãs. Os jogos sociais e sexuais – com a tácita concordância entre seus praticantes – [...], tinha um palco magnífico nos jardins públicos (SEGAWA, 1996, p. 46).

Nesse contexto, é necessário ressaltar que a roupa constituía um símbolo de hierarquia social, uma vez que os trajes da moda eram tidos como um consumo luxuoso e de prestígio restrito às classes nobres da sociedade. Assim, mesmo as classes em ascensão, constituíam estratos distintos no seio dessa sociedade, tendo em vista a diferenciação advinda de estratégias de distinção e rivalidades das classes mais abastadas (nobreza).

Ainda, é possível constatar, através do trecho a seguir, que outros grupos sociais adentravam o jardim público, embora mais sutilmente, mostrando o seu caráter interclasses:

Nos jardins, encontravam-se também os desgraçados, os sem emprego, os mendigos. O mendigo é o cisco da cidade. A sua função, com o embotamento das forças vivas da resistência, é vegetarizar-se. Os mendigos nos jardins chegam ao fim da desagregação. Os desgraçados, os sem-emprego, apóiam-se na eclosão da natureza para criar ânimo, para beber esperanças, e, como os doentes do corpo vão ao campo convalescer, há homens sujos e pálidos nos jardins, sem almoço, sem pão, sem protetores, que pedem às árvores a cura da própria sorte (SEGAWA, 1996, p. 227).

Os recintos ajardinados de Belém, assim como os do Rio de Janeiro, estavam entre os mais exuberantes do Brasil. Porém, apesar de todo o empenho das administrações municipais, em dotar esses espaços de infra-estrutura e vegetação exuberante, parece que pouco se impediu o crescente esvaziamento dos mesmos.

Segawa (1996, p. 212) chama atenção para o fato do esvaziamento dos espaços públicos ajardinados em cidades brasileiras oitocentistas, especialmente Belém, talvez pelo saturamento do cotidiano tropical, que impregnava as cidades da “exuberância da vegetação rica e viridente”. Assim, muitas benfeitorias, como as

realizadas em Belém, figuraram (e figuram) como “testemunhas silenciosas desses episódios esquecidos”.

Por outro lado, Segawa (1996, p. 223) afirma que, no caso dos jardins botânicos, o seu afastamento dos centros urbanos era um empecilho para que a população os freqüentasse. Em síntese, afirma que os brasileiros, ao vivenciarem cotidianamente a natureza local, “indiferentes à sua própria paisagem, sua própria exuberância, acabam por banalizá-la”.

Se a própria exuberância da natureza tropical foi responsável, em certo período de tempo e sob certas condições, pelo esvaziamento de espaços públicos ajardinados; mais tarde, com o processo de urbanização brasileira, essa mesma natureza adquire outro significado no espaço urbano que surge: é o reconhecimento de todas as suas funções que passa a justificar, ainda mais intensamente, a sua inserção no interior das cidades.

É de fácil constatação o apelo ambiental vivenciado principalmente a partir das últimas décadas do século XX. A promessa, ou constatação, da elevação do padrão de qualidade de vida humana devido a uma maior oferta de espaços arborizados e tratados paisagisticamente levou os agentes imobiliários a oferecerem para os estratos médio e alto da sociedade, em ritmo cada vez mais acentuado, condomínios e loteamentos dotados de áreas verdes, áreas de lazer e espaços ajardinados. Algumas vezes, podem ser observados também, empreendimentos com características dessa natureza destinados às classes populares, porém, com intervenções paisagísticas qualitativamente inferiores. Nesses casos, os agentes imobiliários entram com a promessa e o poder público com a incumbência da execução, o que acaba muitas vezes por não ocorrer.<sup>8</sup>

Rodrigues (1998, p. 107-110) analisa a produção do espaço urbano a partir da ênfase na problemática ambiental. Afirma, que

O meio ambiente natural tem sido (re)incorporado como demonstrativo de qualidade de vida que pode ser comprada como o: ‘ar puro’ e/ou a possibilidade de morar próximo ao ‘verde’, ao sossego, etc. dos loteamentos ‘modernos’ ou ao lazer dos parques públicos ou de prédios ‘inteligentes’. É também incorporado pela medida de quantidade de ‘verde’ disponível por habitante...O meio ambiente urbano mostra, com toda clareza, a diversidade da riqueza e da pobreza, da produção e (re)produção de objetos, de cultura, de vida cotidiana enfim; ao mesmo tempo que oculta a natureza física e biológica.

De qualquer forma, no jogo da especulação imobiliária, cujo Estado é um dos principais agentes atuantes, uma praça, paisagisticamente tratada e qualitativamente dotada de equipamentos urbanos necessários à realização da recreação, pode perfeitamente tornar mais valorizado o seu entorno devido às vantagens que apresenta em termos sociais e ambientais. Não resta dúvida que uma praça bem cuidada não seja preferível nas imediações da residência de um cidadão qualquer. Se estiver localizada em um bairro popular desempenhará, na maioria das vezes, o papel de espaço de convivência e descanso de seus moradores; ao contrário, se localizada em meio aos grupos de rendas média e alta,

---

<sup>8</sup> Sobre os agentes sociais que produzem o espaço urbano, consultar Roberto Lobato Corrêa (O Espaço Urbano, São Paulo: Ática, 1979).

provavelmente não passará de um jardim, cuja função estética será a mais relevante.

Na perspectiva abordada, os espaços livres urbanos – praças, parques, áreas de lazer, espaços ajardinados, etc. – ou “espaços verdes”, como alguns preferem chamar, tornam-se elementos importantes na trama urbana devido, principalmente, às funções ambientais que a vegetação disposta nesses locais pode oferecer às cidades.

## REFLETIR A PRAÇA NO SÉCULO XXI: CONTRIBUIÇÃO AO PLANEJAMENTO E À GESTÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

A urbanização do século XX se processou de forma rápida e desmensurada em diversos países, especialmente no Brasil. A transferência da população rural para as cidades ocorreu sem respaldo do poder público, que não se encarregou de reestruturar o espaço urbano brasileiro para essa nova fase da sociedade e da economia do país. Como consequência, inúmeros foram os problemas que surgiram e/ou se acentuaram no interior das cidades, como falta de moradias e moradias precárias, ausência de redes de esgotos e água potável, ocupação de áreas de mananciais e de reservas naturais, alastramento das áreas impermeáveis, redução da cobertura vegetal, ocupação de áreas públicas, carências de opções de lazer, entre outros.

Neste cenário urbano herdado, palco de inúmeras contradições, tanto sociais quanto ambientais, o lazer se torna elemento vital para o homem, visto que, contribui para a melhoria da qualidade de vida. Por isso, o planejamento urbano deve privilegiar espaços públicos de fácil acessibilidade com o intuito de favorecer todas as camadas sociais, dotando-os de equipamentos necessários ao desempenho de suas funções, quer sejam, de lazer.

A estrutura centro x periferia, em relação à espacialização das praças públicas, que se perpetua nas cidades brasileiras, não deve ser encarada pelo planejamento urbano como uma etapa progressiva que se desenvolve de maneira centrífuga, de forma a vir alcançar os bairros dos arrabaldes “pobres”, em um futuro não definido. Ao contrário, o planejamento e a gestão dos espaços livres públicos podem ocorrer centripetamente e, mais ainda, simultaneamente e igualmente por toda a cidade, privilegiando o uso e também a estética, julgada quase sempre fundamental para a centralidade urbana e bairros circunvizinhos.

Às secretarias municipais de meio ambiente e planejamento urbano cabe a função de distribuir regularmente as praças ao longo da malha urbana, sem a preocupação de beneficiar as camadas da população de maior poder aquisitivo, renegando as camadas populares. Dotar os espaços públicos de lazer de equipamentos de infra-estrutura urbana e cobertura arbórea suficiente para garantir o conforto térmico da população que utiliza tal espaço é tarefa essencial, visto que constituem elementos fundamentais de uma praça.

Há de se considerar que cada praça de uma cidade guarda singularidades histórico-culturais para a população que a frequenta. Nesse processo, criam-se identidades entre o usuário e o espaço público que irão desencadear no efetivo uso desse espaço por aquela população. Dessa forma, em qualquer intervenção feita nos equipamentos públicos, cujo uso seja da população em geral, é importante que se consulte os moradores da localidade. Assim, garantir-se-á um maior sucesso do

empreendimento e, conseqüentemente, ter-se-á a certeza de seu bom uso e funcionamento, principalmente quando se trata de algo que faz parte do cotidiano das pessoas, especialmente aquelas que pertencem aos estratos menos favorecidos da sociedade, que enxergam na praça, o refúgio da rotina ou até mesmo o prolongamento de suas casas.

No contexto abordado, a problemática tem respaldo em estudo da Universidade Federal de Pernambuco<sup>9</sup>, que contribuiu para demonstrar que a padronização de praças no Recife é responsável pela “banalização da paisagem”, pois o uso repetitivo do mesmo tipo de cerca, banco, luminária, cores e floreiras põe em risco a conservação e sustentabilidade das praças. Uma vez que a população não se identifica mais com o lugar, gradativamente deixa de freqüentá-lo e isso leva à deterioração do espaço público. Em suma, o estudo realizado em doze praças da capital pernambucana constatou que cada uma delas tem uso diferenciado e origem distinta. Por isso, o planejador deve considerar, principalmente, o aspecto cultural que cada praça representa, para então efetuar suas intervenções.

A praça pública, como local da convivência em comunidade e do cotidiano urbano, precisa ser priorizada na cidade para que assuma não somente o seu papel de área de lazer, mas, sobretudo, de área verde, contribuindo dessa forma como um aparelho importantíssimo na regulação do clima urbano. Nesse sentido, a presença da vegetação, principalmente através da arborização em espaços públicos, como as praças, os tornam mais atraentes e mais adequados à realização do lazer, especialmente nos horários diurnos, possibilitando a valorização da paisagem urbana, enriquecida substancialmente pela estética dos espaços livres públicos.

Aliar capacitação técnica e recursos tecnológicos eficientes é tarefa fundamental para a melhor gestão do espaço urbano, que passa a acumular, cada vez mais, uma diversidade de informações referentes aos diversos setores que o compõe.

Infere-se que o geoprocessamento constitui um instrumento importante para o mapeamento e monitoramento dos diversos espaços públicos urbanos de lazer, como as praças, podendo ser utilizado pelo poder público de cidades de todos os portes, especialmente as de médio e grande, por acumularem um maior número de dados. A um Sistema de Informações Geográficas, como o *Arc View*, podem ser associadas as informações que forem mais convenientes para a formação do banco de dados do usuário. As fotografias que podem ser associadas a cada uma das praças, bem como os dados disponíveis, podem ser atualizados constantemente. Enfim, diversas outras opções esse SIG oferece aos usuários, resultando em uma gama de possibilidades de tratar a informação geográfica, especialmente àquelas referentes ao espaço urbano.

A falta de instrumentos tecnológicos atualizados e pessoal capacitado para a gestão dos espaços públicos, compromete o desempenho das equipes do poder público, em muitas cidades, atuante nos diversos órgãos que, desarticuladamente, colaboram para criar e recriar os espaços públicos urbanos.

Há de se enfatizar que as administrações locais não devem padecer de uma visão mais ampla da questão ambiental, que contemple tanto a diversidade de profissionais que refletem sobre o espaço urbano, quanto a articulação dos órgãos de meio ambiente com outros setores da “máquina pública”, ligados à educação, à cultura e ao esporte. Importantes, também, são as parcerias que podem ser feitas

---

<sup>9</sup> Jornal do Comércio, Recife/PE, (07/01/2001).



entre as esferas pública e privada, desde que, não se perca de vista, a verdadeira dimensão do bem público, a exemplo dos espaços livres.

Uma função que algumas praças desempenham atualmente é a de servir como local para caminhadas matinais e nos finais de tarde, principalmente para a população adulta e idosa. Para responder à procura, é interessante que as praças, especificamente as que comportam esse tipo de atividade, sejam dotadas de calçadas perimetrais, que permitam a caminhada ou o ato de correr. Essa está sendo uma nova tendência que as praças assumem, por mais uma vez estarem mais próximas da população do que os parques. Dessa forma, esse constitui mais um argumento que permite reafirmar a praça enquanto espaço potencial para a melhoria da qualidade de vida urbana.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se, de maneira geral, ao longo da evolução dos espaços livres públicos nas cidades brasileiras, a permanência de algumas de suas funções, como o convívio social, o desaparecimento de outras, como o uso religioso e militar, e o surgimento de outras novas funções como o lazer esportivo e cultural e a contemplação (com o ajardinamento das praças). Tais fatos evidenciam as mudanças ocorridas quanto à forma de utilização dos espaços públicos brasileiros em face aos diferentes períodos da história urbana do país, pois em cada momento, tais espaços assumem significados diferenciados, uma vez que atendem às necessidades da sociedade em curso. Em cada cidade, o histórico de suas praças testemunha tais transformações. Esses espaços, em nível local, revelam a dinâmica de suas funções e sua representatividade para a população, tendo em vista, as mudanças e permanências que se sucederam ao longo do tempo.

Na tentativa de um exercício imaginário, a cidade pode ser pensada como uma imensa casa, onde suas salas corresponderiam às praças. As pessoas buscam as praças para se entreterem, assim como sentam à sala para ver televisão. Desta vez, não é a televisão que está sendo observada, mas a fluidez das pessoas. São jovens, crianças, adultos e idosos que buscam, cada qual, sua forma de se divertir e as pessoas preferidas para conversar e rir. A praça pode ser também o lugar do mendigo e do pipoqueiro, pois esse deve ser o lugar da coletividade, não da individualidade; da agregação, não da segregação; da multidão, não da elitização ou pauperização. Enfim, a praça é o lugar de todos. É o ponto de encontro onde a gratuidade prevalece, ao mesmo tempo em que todos se sentem donos desse espaço. É preciso que as pessoas não deixem de ir à praça, pois se o distanciamento da comunidade prevalecer, acarretará no seu definitivo esvaziamento. E as praças não serão mais o lugar da gratuidade, espontaneidade e sociabilidade. Serão como as salas de cinema, onde se paga para entrar e não é convidativo papear, transitar e, muitas vezes, ser espontâneo. Serão o lugar do silêncio e da melancolia. Serão o lugar onde comportará muitas pessoas, mas permanecerá sempre vazio.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGELIS, B. L. D. **A praça no contexto das cidades:** o caso de Maringá-PR. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. 355p.

ARANTES, A. A. **Paisagens paulistanas:** transformações do espaço público. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000, 190p.

CARIGNANI, G. **Forma e Reforma:** a avaliação pós ocupação da praça Rui Barbosa em Bauru-SP. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Ciências Humanas e Artes, Universidade Federal de Uberlândia, 2001, 155p.

CAVALHEIRO, F; DEL PICCHIA, P. C. D. Áreas verdes: conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento. In: 1º CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA. **Anais...Vol I:** Vitória, 1992, p. 29-38.

CORREA, R. L. **O espaço urbano.** São Paulo: Princípios, 1979. 85p.

DELSON, R. M. A arborização das cidades brasileiras no fim da era colonial. In: \_\_\_\_\_. **Novas vilas para o Brasil colônia:** planejamento espacial e social no século XVIII. Brasília: Ed. Alva-Ciord, 1997. p. 89-94.

ECKBO, G. O paisagismo nas grandes metrópoles. In: **Geografia e Planejamento.** São Paulo: Cairu, 1977.

FERRARA, L. As máscaras da cidade. In: \_\_\_\_\_. **Olhar Periférico.** São Paulo: Edusp/Fapesp. 1993. p. 201-225.

FONTES, N. **Categoria de espaços livres públicos de lazer e indicadores de disponibilidade:** Jaboticabal/SP. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2003. 188p.

GODOY, P. R. T; BRAY, S. C. Considerações sobre o espaço urbano no Brasil. In: GERARDI, L. H. O.(org.). **Ambientes: estudos geográficos.** Rio Claro: Programa de Pós-Graduação em Geografia – UNESP; Associação de Geografia Teórica – AGETEO, 2003, p. 185-200.

GOMES, M. A. S. e AMORIM, M. C. C. T. A. As praças públicas de Presidente Prudente/SP: dinâmica sócio-espacial e caracterização da vegetação. In: **Revista Geografia em Atos**, v. 1, n 4. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2002. p. 21-37.

GOMES, M. A. S. **As praças de Ribeirão Preto-SP: uma contribuição geográfica ao planejamento e à gestão dos espaços públicos.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2005. 204 p.

GOYA, C. R. Relato histórico da arborização na cidade de São Paulo. In: 1º CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA. **Anais, vol II...** Vitória, 1992, p. 403-408.

GUERRA, M. E. A. **As “praças modernas” de João Jorge Coury no Triângulo Mineiro**. Dissertação (Mestrado em Tecnologia do Ambiente Construído). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 1998. 220p.

MACEDO, S. S.(Coord.). **Introdução a um quadro do paisagismo no Brasil**. São Paulo: Projeto Quapá, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1998. 46p.

MARX, M. **Cidade Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

MEDEIROS, E. B. **O lazer no planejamento urbano**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1975.

MILANO, M. S. A cidade, os espaços abertos e a vegetação. In: 1º CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA. **Anais, Vol. I**...Vitória, 1992, p. 3-14.

NATENZON, C. E. Las plazas de Buenos Aires. Apuntes para una investigacion. In: MESQUITA, Z; BRANDÃO, C. R. (orgs). **Territórios do Cotidiano** – uma introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: Editora UFRGS e Edunisc, 1995. p. 130 a 143.

NEVES, E. **Praças de Belém**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997. 162p.

PADOVANI, E. G. R. A cidade: o espaço, o tempo e o lazer. In: GERARDI, L. H. O.(org.). **Ambientes: estudos geográficos**. Rio Claro: Programa de Pós-Graduação em Geografia – UNESP; Associação de Geografia Teórica – AGETEO, 2003, p. 171-184.

RECIFE. Prefeitura Municipal - Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente. **As praças que a gente tem, as praças que a gente quer**: manual de procedimentos para intervenção em praças; Lucia Leitão (org.). Recife: A Secretaria, 2002. 118p.

ROBBA, F; MACEDO, S. S. **Praças brasileiras**: public squares in Brazil. São Paulo: Edusp: Imprensa oficial do Estado. 2002, 312p.

SEGAWA, H. **Ao amor do público**: jardins no Brasil. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1996.

SPIRN, A. W. **O jardim de granito**: a natureza no desenho da cidade. São Paulo: Edusp. 1995, 345p.

TARNOWSKI, L. C. & MOURA, R. Preservação do meio ambiente e a arborização urbana. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS SOBRE O MEIO AMBIENTE. **Anais...** Londrina, 1991. p 530-541.

VASCONCELOS, P. A. Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C. (Orgs.). **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

Recebido em janeiro de 2007.  
Aprovado em fevereiro de 2008.